

## A FUNÇÃO SOCIAL DO JUIZADO ESPECIAL DA PARAÍBA – NOVO PARADIGMA DE JUSTIÇA

*Rogério de Meneses Fialho Moreira<sup>1</sup>; Magna Adjuto Palmeira<sup>2</sup>; Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa<sup>3</sup>; Ana Beatriz de A. Dantas<sup>3</sup>; Ana Carolina Wanderley Soriano<sup>3</sup>; Camilla Rolim de Medeiros<sup>3</sup>; Cirley Gomes de Melo<sup>3</sup>; Joely Cristine da Silva Carneiro<sup>3</sup>*

**Resumo:** “A Função Social do Juizado Especial Federal da Paraíba: novo paradigma” é um projeto de extensão universitária, que tem por escopo facilitar o acesso de pessoas de baixa renda da capital e principalmente do interior ao Judiciário, informando acerca de seus direitos, além de encaminhar e acompanhar os casos que são de competência do Juizado. Mesmo diante do pouco tempo de existência, já se conseguiu melhorar e agilizar gradativamente o funcionamento do Juizado, aumentando consideravelmente o número de atendimentos, bem como, elaborar uma cartilha educativa acerca dos direitos previdenciários. Com a prática conjunta da educação e da justiça, o projeto possibilitou o crescimento social dos extensionistas e a satisfação da sociedade, ambos agora, mais capacitados na busca de seus próprios direitos e no exercício pleno da cidadania.

**Palavras-chave:** *cidadania; previdência; Juizado Especial Federal da Paraíba.*

### Introdução

O projeto de extensão “A Função Social do Juizado Especial Federal na Paraíba: novo paradigma de justiça” surgiu da percepção de que geralmente as pessoas de origem humilde, notadamente do meio rural, receiam procurar a Justiça por falta de conhecimento acerca de seus direitos. Desta forma, grande parcela da sociedade apresenta carência de informações sobre o sistema jurídico, o que leva à formação de uma nação marcada pela desigualdade e pela injustiça.

Como instrumento de promoção social, o projeto busca a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e a solução dos problemas jurídicos daqueles que recorrem ao Juizado Especial Federal da Paraíba (JEF-PB).

O trabalho realizado pelos alunos extensionistas está intimamente ligado ao JEF-PB, instituição criada com o objetivo de tornar mais fácil o andamento e julgamento de processos de menor complexidade, possibilitando maior rapidez e eficiência na prestação jurisdicional. Grande parte dos litigantes pleiteia benefícios da previdência social, tal qual amparo-social, auxílio-maternidade, aposentadoria etc.

Em virtude de seu pouco tempo de instalação, o JEF necessitava de um estudo aprofundado de seu funcionamento, e desta forma, o presente trabalho contribuiu com a apresentação de sugestões para melhoramento, acompanhamento de seus procedimentos e soluções para alguns problemas existentes.

---

<sup>1</sup> Professor coordenador do projeto, vinculado ao Departamento de Direito Privado do CCJ

<sup>2</sup> Aluna Bolsista

<sup>3</sup> Extensionistas voluntárias

Buscando facilitar o entendimento da população e promover a formação de cidadãos seguros quanto ao exercício de seus direitos, foi elaborada uma cartilha sobre o trabalho do JEF e os benefícios previdenciários, a qual foi inicialmente distribuída junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR).

Na fase inicial, foi feito um estudo acerca do JEF-PB e dos problemas que enfrentavam as pessoas que se encaminhavam a esta Instituição. Uma vez constatada a desinformação das pessoas, que como foi dito acima, a maioria de origem rural e de baixa renda, tais dados levaram os estudantes a agir no sentido de promover o conhecimento de seus direitos e prestar atendimento jurídico. Para melhor direcionar as atividades e decidir sobre as mudanças necessárias, foi feito um levantamento de dados, com estatísticas relacionadas ao número de atendimentos realizados no Juizado, conciliações efetivadas e pedidos procedentes ou improcedentes, a fim de se conhecer o perfil daqueles que recorrem ao JEF.

Em momento posterior, foram realizados debates, campanhas informativas e educativas sobre cada situação, visando uma maior apreensão dos assuntos abordados. E para tanto, foram elaborados questionários com o intuito de colher os resultados da ação efetivada.

Junto às comunidades, o JEF-PB é o campo de atuação. Nesta Instituição, os extensionistas presenciaram primeiramente o início dos processos na atermação, e posteriormente, assistiram às audiências de conciliação e instrução e julgamento, prestando atendimento jurisdicional às pessoas carentes e acompanhando os casos. Paralela a esta atividade, eles realizaram também um trabalho de educação para a cidadania nas comunidades carentes, notadamente do meio rural, por meio de visitas e palestras. Essa tarefa dos extensionistas, em conjunto com o Juizado, permitiu o acesso da população a tal órgão, ao mesmo tempo, contribuiu para o aperfeiçoamento do processo de formação dos mesmos.

### **Os Juizados Especiais Federais e o JEF-PB**

Os Juizados Especiais Federais foram criados pela Lei 10.259, de 12/07/01, com o objetivo de tornar mais fácil o andamento e julgamento de processos de menor complexidade, no sentido de desafogar as varas comuns e conferir um rito mais célere às causas mais simples, onde figurarem a União, autarquias e empresas públicas federais.

O grande destaque é para a área cível. A competência do Juizado encontra-se expressamente instituída na Lei 10.259/01, limitando-se às causas de competência da Justiça Federal, até o valor sessenta (60) salários mínimos, bem como execução de suas sentenças.

A dinâmica dos atos processuais privilegia os princípios da simplicidade, informalidade, oralidade, economia processual e celeridade, a fim de que o tempo gasto para a resolução do conflito seja o mínimo possível, podendo este ser solucionado na primeira audiência, em que ocorre a tentativa de conciliação das partes. Caso não haja acordo, então, o processo seguirá até a sentença.

Instalado no dia 14 de janeiro de 2002, o Juizado Especial Federal da Paraíba funciona no prédio-sede da Justiça Federal, localizado na Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Conjunto Pedro Gondim, na capital do Estado da Paraíba.

Até janeiro de 2005, apenas eram admitidas as reclamações contra o INSS, contudo, desde então, podem figurar no processo, as outras autarquias e empresas públicas federais, assim como o Governo Federal.

Entende-se necessário analisar o trabalho do Juizado Especial Federal na Paraíba e verificar se seus requisitos essenciais tais como celeridade e eficiência estão sendo cumpridos.

A socialização da Justiça e do Juizado Especial Federal, especificamente, consiste no fato de trazer a realidade do Poder Judiciário para junto da população e, principalmente, para a população mais carente, de baixa renda e com menos informação.

### **O Projeto e Suas Ações**

Não diferenciando dos demais projetos de extensão, o presente projeto foi desenvolvido, de maneira geral, em duas etapas: pesquisa e prática de ações junto ao JEF e junto à comunidade.

Na parte intelectual do trabalho, do conhecimento e apreensão da matéria, coube aos alunos o dever de estudar e pesquisar sobre os benefícios previdenciários e, a partir daí, discutir um por um, detalhadamente, com suas propriedades e características, debatendo sua função no âmbito da esfera jurídica e social.

Dentre essas pesquisas sobre o Direito Previdenciário, foi necessário também estudar e conhecer a fundo a Legislação Previdenciária (Lei nº 8.213, de 1991 e Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999), que fundamentou toda a parte doutrinária. O estudo da legislação trouxe mais embasamento e cobertura legal na hora de dispor acerca dos benefícios.

A parte prática do projeto foi desenvolvida nas instalações do Juizado Especial Federal, através da prestação de auxílio às pessoas que se dirigiam ao mesmo, no intuito de ajuizar ações previdenciárias e de acompanhar os processos já instaurados. Nas comunidades do interior da Paraíba foram também realizadas palestras acerca dos benefícios previdenciários.

Os Estudantes selecionados analisaram o funcionamento do Juizado, verificando seus pontos positivos e negativos, através da participação em audiências, atendimento à população que a ele se dirigia prestando-lhes informações e elaborando suas petições iniciais no setor do Juizado denominado atermação. Além disso, trabalharam no Cartório junto aos servidores. As principais ações foram: elaboração de cartas, mandados, intimações, citações, e a junção de petições. Destas ações, alguns resultados podem ser destacados: organização, movimentação e adiantamento de processos no sistema, diminuição das pendências, de forma que, foi possível contribuir para o cumprimento da função do juizado, enquanto se ajudava pessoas e pacificava conflitos. Dentro do Juizado, foi possível materializar a real função do projeto - analisar o funcionamento e a organização do JEF/PB.

Durante o período em que se realizou o trabalho de apoio ao Juizado, foram feitas visitas a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações, Agências do INSS da Capital, Juizado Especial Federal de Pernambuco e ao gabinete do Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região.

### **Visita ao JEF-PE e Outras Ações**

Em setembro de 2003, os alunos visitaram o Juizado Especial Federal de Pernambuco, em viagem organizada pelo professor coordenador do projeto, Rogério Fialho. Nesta oportunidade os alunos tiveram contato com o Juiz Diretor do Fórum Federal de Pernambuco, e também, com os Juízes que estavam respondendo pelo Juizado naquele dia. O objetivo desta viagem foi conhecer e observar o funcionamento do JEF-PE, com vistas na discussão de melhorias que pudessem ser implementadas no JEF-PB. O resultado desta visita foi apresentado, ao então coordenador dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região.

Ainda em 2003, o grupo promoveu uma palestra para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juarez Távora. O movimento teve grande adesão da população local, sendo necessário que os alunos falassem em um carro de som, dado o grande número de ouvintes (estimados em 500 pessoas).

No início de 2004, os estudantes viajaram para Mamanguape, onde se reuniram com o representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais da região. O presidente do Sindicato, naquela ocasião, gravou uma entrevista falando sobre os benefícios previdenciários e como reivindicá-los. Esta entrevista foi transmitida em um programa de rádio local.

Em setembro de 2004, o grupo viajou a Rio Tinto com a finalidade de proferir palestra acerca dos benefícios previdenciários para indígenas.

A palestra foi iniciada com a explanação dos conceitos básicos da previdência social e procedimentos para obtenção dos benefícios. Posteriormente, os extensionistas falaram sobre os benefícios referentes à aposentadoria por idade, pensão por morte, auxílio-maternidade, amparo social, auxílio doença e aposentadoria por invalidez. Aproveitando ainda a oportunidade, o grupo mostrou como funciona o Juizado Especial Federal na Paraíba.

Nesta ocasião, foram feitas orientações sobre os requisitos exigidos para obtenção dos benefícios, quem poderia requerê-los e quais documentos exigidos em cada caso. Alguns casos concretos foram apresentados pelos presentes, sobretudo com relação aos benefícios de aposentadorias por idade e por invalidez, pensão por morte e amparo social, em sua maioria, com indeferimentos do INSS.

O grupo retornou à cidade de Rio Tinto por mais duas vezes, no intuito de realizar atendimento aos indígenas da região, buscando solucionar suas dúvidas e realizar a atermção de seus benefícios ajuizados pelos alunos no Juizado Especial Federal.

Em abril de 2005, foi feita uma visita ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araruna, no interior da Paraíba. Nesta feita, a assessora de imprensa do Juizado Especial Federal, Silvana Sorrentino e a equipe da TV Justiça, responsável pela produção de matérias referentes aos Estados da 5ª Região da Justiça Federal, acompanharam o grupo para a realização de uma matéria sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Projeto. Esta matéria foi veiculada nos Programas Via Legal e Diário da Justiça, através dos canais televisivos TV JUSTIÇA e TV Educativa. A apresentação foi dirigida a cerca de 250 pessoas presentes no sindicato, tendo desenvolvimento nos mesmos termos das palestras anteriores.

No mês de outubro de 2005, os estudantes visitaram o município de Belém de Caiçara, onde proferiram palestras sobre os benefícios previdenciários, prestando assessoria jurídica aos ouvintes.

Fig. 1 – Palestra em Caiçara

Fig. 2 – Palestra em Caiçara

Neste mesmo evento, a extensionista Ana Paula Albuquerque, membro do grupo, prestou entrevista à radio local, transmitida para toda região.

Em 2006, o grupo também fez palestras nas cidades de Campo de Santana e Cacimba de Dentro, além de visitar Centros de Referência e Cidadania na capital e participar do movimento em comemoração ao Dia Mundial da alimentação, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na Comunidade Vila Feliz, em Cabedelo.

Em Campo de Santana foi proferida palestra para cerca de 30 trabalhadores rurais que compareceram ao Sindicato do Município.

No Município de Cacimba de Dentro havia grande público esperando para colher informações e debater sobre as suas dúvidas.

Fig. 7 – Palestra em Cacimba de Dentro

Fig. 8– Palestra em Cacimba de Dentro

Nas Palestras realizadas na Grande João Pessoa, assim como ocorreu naquelas realizadas no interior, a equipe encontrou um público grande e participativo. O perfil da platéia e os benefícios mais solicitados para explicação mudaram. A carência de recursos e de informação, porém, eram as mesmas.

Fig. 9 – Evento no bairro do Roger (João Pessoa)

Fig. 10 – Evento em Centro de Cidadania

Fig. 11 – Atendimento na Vila Feliz

Fig. 12 – Evento na Vila Feliz

A Cartilha elaborada pelos extensionistas também foi uma grande conquista, pois facilitou ao grupo repassar as informações às comunidades acerca dos benefícios previdenciários. Atualmente, a equipe, em conjunto com o Pólo Multimídia da UFPB, está desenvolvendo também a Cartilha em forma de vídeo, de modo a facilitar a difusão e o entendimento por parte da população, visto que, grande parte do público não sabe ler.

No que se refere ao transporte do grupo de trabalho para divulgação do JEF/PB, o grupo tem contado com o apoio da Universidade Federal da Paraíba, bem como, da Justiça Federal, através do diretor de sua Seção na Paraíba, Rogério de Meneses Fialho Moreira, coordenador deste projeto.

O número de pessoas beneficiadas diretamente com o projeto foi de, aproximadamente, 15.000 pessoas presentes nas palestras e 1.000 (mil) pessoas que receberam as cartilhas; indiretamente, com sugestões e apoio para o aperfeiçoamento dos trabalhos no JEF, mais de 25.000 (vinte e cinco mil) litigantes nos processos em tramitação atualmente.

## **Conclusão**

O projeto, a partir do trabalho realizado junto ao Juizado Especial Federal da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba, vem conseguindo paulatinamente promover a cidadania e a coesão social. Com o intuito de formar uma sociedade mais justa e melhorar a qualidade do nosso sistema jurídico, os alunos extensionistas se empenham para resolver os problemas jurídicos que surgem e prestar as informações adequadas.

As atividades desenvolvidas funcionaram como via de acesso das classes necessitadas à efetiva prestação jurisdicional, possibilitando uma concretização dos ideais de justiça na sociedade, a partir da garantia do livre acesso ao Poder Judiciário de inúmeras pessoas.

Durante a maior parte da execução do cronograma do projeto, apenas eram admitidas no Juizado as reclamações contra o INSS, provenientes de pessoas idosas ou inválidas, necessitadas de auxílio imediato. Partindo desta realidade, o grupo desenvolveu um estudo aprofundado da Instituição, verificando seu funcionamento e organização, a fim de constatar possíveis erros e prestar alguma contribuição, no sentido agilizar o atendimento ao público e conferir maior eficiência à tutela jurisdicional.

O campo de pesquisa foi o Juizado Especial Federal na Paraíba, além de comunidades de baixa renda da capital e do interior da Paraíba. Nos vários contextos, o grupo acompanhou atendimentos, conciliações e sentenças realizadas no Juizado, assim como, participou das atividades dos próprios funcionários, verificando, desta forma, o trabalho realizado pelo Juizado.

As pesquisas doutrinária e legal, realizadas pelos extensionistas em torno do Juizado Especial Federal e dos benefícios previdenciários, com respaldo em todas as demais atividades realizadas, foram sintetizadas na cartilha. Esta explica o funcionamento do Juizado Especial, esclarecendo sobre como e quando a ele recorrer para a efetivação de direitos previdenciários não respeitados, sobre benefícios previdenciários e como se deve proceder para pleiteá-los. A cartilha contém informações importantes, numa linguagem acessível às pessoas que mais necessitam de suas informações, especialmente aquelas de baixa renda e pouca instrução.

O Juizado Especial Federal/PB tem se revelado um exemplo, no âmbito do Poder Judiciário, de instrumento hábil à concretização dos ideais de justiça na sociedade, de modo que, a participação dos extensionistas no efetivo exercício da sua função social representou uma experiência de frutos duradouros para uma formação acadêmica cidadã.

## **Referências bibliográficas**

BRASIL. *Lei* n.º 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Presidência da República, Brasília, DF.

CARREIRA ALVIM, J. E. Juizados Especiais Federais. *Informativo Incijur*, Joinville, SC, ano 1, n. 08, p.4-7, mar. 2000.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis*. 2ª. ed., São Paulo: Saraiva, 1999..

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

JUNIOR, Francisco Luiz Macedo e ANDRADE, Antônio Marcelo Rogoski. *Manual de Conciliação: aspectos jurídicos e aspectos psicológicos*. 2ª. ed., Curitiba: Juruá, 2001.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Curso de Direito Previdenciário. Tomo II. Previdência Social*. São Paulo: LTR, 1998.

MENDES, G. F. Juizados Especiais Federais: o resgate de uma dívida social. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, DF, ano V, n.114, p. 66, out. 2001.

OLIVEIRA, A. M. Democratizando o acesso à justiça. Juizados Especiais Federais, novos desafios. *Jus Navigandi*, Teresina, PI, n. 51. Disponível em: <http://www.jus.com.br/doutrina/texto> Acesso em 05 dez. 2001.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia de pesquisa-ação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

TOURINHO NETO, F.C. *Juizados Especiais Federais*. *Jus Navigandi*, Teresina, PI, n. 51. Disponível em: <http://www.jus.com.br/doutrina/texto> Acesso em 03 dez. 2001

## **Equipe:**

### **Orientador**

Rogério de Meneses Fialho Moreira, Juiz Federal e professor de direito civil da UFPB, especialista em processo civil pela UNB, [rogerio@jfpb.gov.br](mailto:rogerio@jfpb.gov.br).

### **Extensionistas**

Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa, mestra em Ciências Jurídicas pela UFPB; [aninhaalbuq@hotmail.com](mailto:aninhaalbuq@hotmail.com);

Magna Adjuto Palmeira, graduanda em Direito pela UFPB;

Ana Beatriz de A. Dantas, graduanda em Direito pela UFPB;

Ana Carolina Wanderley Soriano graduanda em Direito pela UFPB;

Camilla R. de Medeiros, graduanda em Direito pela UFPB;

Cirley Gomes de Melo, graduanda em Direito pela UFPB;

Joely Cristine da Silva Carneiro, graduanda em Direito pela UFPB  
[joelycristine@yahoo.com.br](mailto:joelycristine@yahoo.com.br).